

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Especialização em Gestão e Políticas Públicas

BERTOLINA DOS SANTOS SILVA

**A expectativa do Movimento Coletivo Resistência Guamazônica, de
transformar a experiência de leitura e escrita em uma política pública no
bairro do Guamá**

São Paulo

2014

BERTOLINA DOS SANTOS SILVA

A expectativa do Movimento Coletivo Resistência Guamazônica, de transformar a experiência de leitura e escrita em uma política pública no bairro do Guamá

Trabalho de conclusão de curso apresentado à banca examinadora, como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de especialização em Gestão e Políticas Públicas, da Escola Pós-Graduada de Ciência Sociais, da Fundação Escola Sociologia e Política de São Paulo, sob orientação do Professor Rafael Balseiro Zin

São Paulo
Junho de 2014

Silva, Bertolina dos Santos.

A Expectativa do Movimento Coletivo Resistência Guamazônica, de transformar a experiência de leitura e escrita em uma política pública no bairro do Guamá.

39 f.; 30 cm

Orientador: Rafael Balseiro Zin.

Coordenador:

Trabalho de conclusão de curso (especialização) – Faculdade de Ciências Políticas Públicas – FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Bertolina dos Santos Silva

Título do trabalho: A expectativa do Movimento Coletivo Resistência Guamazônica, de transformar a experiência de leitura e escrita em uma política pública no bairro do Guamá

Conceito:

Banca examinadora:

Professora Elza Itani

Professor Rafael Balseiro Zin

Data da aprovação: 01 de junho de 2014.

Dedico esse trabalho aos heróis e incansáveis homens e mulheres das entidades do Bairro do Guamá, que se dedicam a formação de leitores, pensadores e inventores.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que colaboraram comigo nessa caminhada, meus filhos e neta, minha fonte de inspiração, e os novos amigos que construir.

Agradeço a fundação Perseu Abramo e FESPSP, pelo trabalho e dedicação da sua equipe de professores e técnicos e principalmente nosso orientador Rafael Balseiro Zin. Sempre disponível e esforçado para responder a todos.

Aos componentes do Movimento Coletivo Resistência Guamazônica, pela a dedicação as causas sociais e pelo carinho que me dispensaram neste trabalho.

Aos amigos Flavio Lauande e Messiano Trindade, muito obrigado pela companhia e pelo incentivo as reflexões e exemplo de dedicação na construção de uma sociedade igualitária.

Assim, a partir de hoje, nesta cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará, neste polo de Resistência Guamazônica, fica decreto que nossas paredes serão bibliotecas, nossos telhados serão livros de literaturas dando moradia á sociedade e nossos telhados serão o lugar de pensar e de fazer agir o pensamento. Depois disso, as bibliotecas se construirão também dentro de cada um de nós e teremos vozes para os nossos argumentos.

Giselle Ribeiro (escritora paraense)

RESUMO

Este trabalho pretende analisar como se deu o processo de organização do Movimento Coletivo Resistência Guamazônica, suas expectativas para transformar suas experiências de leitura e escrita em uma política pública. Experiência essa, acumulada por mais de três décadas pelo Espaço Cultural Nossa Biblioteca (ECNB) e entidades que compõe o Coletivo. Nessa perspectiva avaliamos os objetivos e o processo histórico da criação do Coletivo bem como o conjunto de entidades que o integram, numa ação coletiva em busca da cidadania através da leitura e escrita e outras articulação culturais. As articulações das entidades que compõe o Coletivo, as parcerias com órgãos públicos e privados para construir alternativas na elaboração e excursão dos serviços de atendimento à comunidade. Faz parte também da nossa análise entender como as políticas públicas que deveriam ser aplicadas no bairro para dar uma qualidade de vida digna para essas pessoas resignadas e ao mesmo tempo determinada a construir uma história diferente, voltada para uma cidadania plena.

Palavras-chave: leitura; política pública; cidadania.

ABSTRACT

This paper discusses how was the process of organization of Collective Resistance Movement Guamazônica, your expectations to transform their experiences of reading and writing in public policy. This experience, accumulated over three decades by Our Library Cultural Center (ECNB) and entities that make up the Collective. In this perspective we evaluate the objectives and the historical process of the creation of the Collective as well as all entities that integrate in a class action seeking citizenship through reading and writing and other cultural articulation. The joints of the entities forming the Collective, partnerships with public and private agencies to build alternatives in the development and tour of service to the community. Also part of our analysis to understand how public policies that should be applied in the neighborhood to give a decent quality of life for these people and resigned at the same time determined to build a different story, toward full citizenship.

Keywords: reading; public policy; citizenship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	
.....	14
Imagem 2	
.....	26
Imagem 3	
.....	27

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. HISTÓRICO DO MOVIMENTO RESISTÊNCIA COLETIVO GUAMAZÔNICA	14
2.1 Parceiros do Movimento Resistência Coletivo Guamazônica	16
2.2 Atividades realizadas pelo Movimento Resistência Coletivo Guamazônica	17
3. OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE LEITURA E DA ESCRITA	20
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34
ANEXOS	36

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho me proponho analisar o impacto das ações do coletivo Guamazônico na aplicação das políticas públicas referentes à leitura e escrita. Bem como caracterizar a rede de leitura e escrita do Movimento Social Coletiva Guamazônico e identificar os aspectos públicos da leitura junto às parcerias. Nesta perspectiva de construir uma comunidade de leitores, se destaca uma entidade, que compõe o Coletivo, denominada Espaço Cultural Nossa Biblioteca. Como voluntária acompanho suas atividades, o que me permitirá realizar as interpretações mais adensadas relacionadas à história e às experiências de vida dos moradores daquele lugar. Ou seja, essa entidade comunitária, que possui mais de três décadas e cuja existência está relacionada às práticas e à promoção da leitura e escrita como instrumento cultural de grande transformação social, será nossa porta de entrada para compreendermos os vários contextos e as múltiplas facetas desse anseio dos cidadãos em transformar essas ações de incentivo à leitura em uma política pública no bairro do Guamá, considerando a relevância política dessa luta em um dos mais importantes bairros da capital paraense.

Na primeira parte, abordo a história do Movimento Coletivo Guamazônico e quais as entidades que se uniram em torno do Coletivo para seu fortalecimento no enfrentamento dos constantes desafios. Em seguida, como se constitui as articulações com as parcerias com os órgãos públicos e privados. Ações desenvolvidas por estes resgatando suas histórias para sobreviverem em um bairro com condições adversas. Abordo também as políticas públicas de Estado e concluo com considerações para se transformar essas ações da sociedade civil em política pública de Estado.

Como base teórica para este trabalho utilizo o pensador Paulo Freire, que nos livros: *Medo e ousadia*, neste ele aborda *O cotidiano do professor*, e *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, trata de questões referentes ao aprendizado, enfocando o aspecto da leitura, priorizando a valorização da autonomia do indivíduo.

Outra autora estudada neste trabalho é Regina Leite Garcia, que no livro *Alfabetização dos alunos das classes populares*, onde a autora propõe uma nova forma de inserção dos alunos no ambiente escolar, alunos estes, provenientes das camadas mais pobres da sociedade.

O trabalho de Pablo Gentili e Dalila Oliveira, no livro *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. Também é importante, pois, trata da realização de novas políticas voltadas para educação durante os anos de governos dos presidentes Lula e Dilma.

No primeiro capítulo abordarei a questão do surgimento do Movimento Resistência Coletivo Guamazônica, nele mostrarei quais foram os motivos que levarem a sociedade civil a se organizar em prol de uma causa tão importante que é o ata de ler principalmente para as crianças, bem como para os jovens e adultos. Em uma área periférica da cidade de Belém do Pará.

Nele também serão analisadas as principais atividades realizadas pelo grupo, e que tipo de parcerias foram construída com outros grupos. Mostrando que além da realização do trabalho feito pelo Movimento, há também a ajuda mutua entre o grupo e seus parceiros.

No segundo capítulo, analisaremos quais são as políticas públicas, realizadas na cidade de Belém no âmbito do incentivo a leitura e a escrita. Perceberemos que muito tem sido feito no âmbito do poder público federal, e pouco tem sido feito nos âmbitos estaduais e municipais.

Com isso pretende-se elucidar e contribuir no âmbito do aspecto de quais modelos de políticas públicas são efetuadas na cidade de Belém, especificamente no bairro do Guamá, que é o local em que o Movimento Resistência Coletivo Guamazônica surgiu.

2. HISTÓRICO DO MOVIMENTO RESISTÊNCIA COLETIVO GUAMAZÔNICA



Imagem 1. (Imagem da participação do Movimento de Resistência Guamazônica, no Fórum Social Mundial em 2009).

Neste primeiro capítulo pretendo compreender quais foram às origens históricas da formação do Movimento Resistência Coletivo Guamazônica. Pretendo analisar também que outras entidades estão relacionadas ao Movimento, e por fim, que espécies de atividades são realizadas pelas as entidades que compõem o Coletivo. Sendo este, localizado no Distrito d'Água situado na cidade de Belém, esse distrito inclui os bairros do Guamá, Terra Firme, Canudos e São Braz.

O movimento surge no bairro do Guamá mais especificamente, a partir do Fórum Social Mundial 2009 sediado em Belém do Pará permeou um conjunto de debates, discussões, atos, mostra de filmes, teatros e potencialmente muitas trocas de relatos de experiências com destaque para área educacional, nesse caminho o acesso a leitura a partir de alternativas oriundas da educação popular abriu-se um leque de ideias novas e colaborou com o fortalecimento e experiências já existentes no bairro do Guamá.

Os componentes das entidades do Guamá, sabedores de que o Fórum Social Mundial seria realizado em Belém setores da sociedade civil organizada do bairro Guamá se organizaram e fundaram o Coletivo dos Movimentos Sociais Resistência Guamazônica para se fortalecer em favor da luta política nos territórios do Guamá e Bacia do Tucunduba.

Antecedendo a formação dessa entidade houve uma sequência de reuniões envolvendo os membros dos movimentos do bairro, essas reuniões tinham a finalidade de discutir e debater como seria a estruturação, funcionamento da entidade, e principalmente a linha ideológica e seu foco de atuação.

No processo de discussão da formatação do grupo percebe-se até de forma natural um viés voltado para a educação. Pois, grande parte dos seus membros provém da educação formal e da educação popular, como afirma José Messiano quando perguntamos sobre o principal foco das entidades ele nos responde: nosso trabalho vem buscando incentivar a formação de mais pessoas para se organizarem e melhorar a sua vida e a comunidade, principalmente na questão da educação e cultura, elementos que consideramos importantes na promoção de ações e criação artística, organização e debate dos temas que possam desenvolver a capacidade de reflexão dos cidadãos do bairro.

Nas reuniões o debate se aprofundou, até a identificação de um trabalho que já vinha sendo desenvolvido por uma das entidades membro mais especificamente o “Espaço Cultural Nossa Biblioteca” (ECNB), Esta localizada na Travessa 25 de Junho nº 214 Guamá, uma entidade da sociedade civil organizada, criada na década de 1970 e regularizada em 1987. No início funcionava em uma pequena biblioteca de madeira, tendo como um de seus principais objetivos sociais a atuação voluntária na área educacional, com incentivo à leitura, também atua na defesa da organização comunitária, da garantia dos direitos humanos, da identidade sociocultural e da melhoria da qualidade de vida da população.

Após a participação da entidade no Fórum Social Mundial, cujo lema “Um Outro Mundo é Possível” foi de grande importância para o grupo, logo após o Fórum nos anos de 2009/2010 desenvolveram o Projeto *GUAERÊ*: Guamá em Rede no Enfrentamento a Violência contra Crianças e Adolescentes” Essa proposta resultou na realização de várias ações, como seminários sobre a Rede de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente; oficinas temáticas, palestras, sessões de vídeos e rodas de conversa, visando a ampliação da formação e articulação de agentes de leitura, educadores, gestores de entidades, lideranças do movimento social e alunos de escolas públicas e comunitárias e outras organizações em forma de parcerias.

2.1.Parceiros do Movimento Resistência Coletivo Guamazônica

Neste tópico do trabalho, mostraremos que o Movimento Resistência Coletivo Guamazônica ao longo de anos desenvolveu diversas parcerias com entidades presentes no bairro do Guamá. Faremos uma descrição de quais são as principais entidades que estão associadas ao Coletivo atualmente. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E EDUCADORES MOARANÁ. Fundada em 1995, por um grupo de pais e mães, educadores e educadoras do bairro do Guamá, a entidade trabalha com a promoção da educação infantil e no combate à violência doméstica, envolvendo as famílias dos educandos em atividades de informação, formação e orientação para uma educação dialógica que respeite os direitos de crianças e adolescentes; CENTRO DE ESTUDOS E PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO POPULAR. (CEPEPO) Localizada no bairro do Guamá desde o final da década de 1970, o CEPEPO utiliza a comunicação e a educação popular como instrumento de reflexão crítica, possibilitando a criação de novos canais de expressão, aprendizagem e transformação, além de se constituir como fonte de contestação, de recuperação da autoestima, de profissionalização e de resistência cultural da comunidade: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES SEBASTIÃO MEARIM. Situado na fronteira do Território da Paz, esta organização comunitária possui um forte histórico de organização dos moradores dos bairros do Guamá, Terra Firme e Canudos na luta, não somente pela melhoria da infraestrutura desses locais, mas especialmente pela garantia do conjunto de direitos sociais, como saúde e educação pública de qualidade.

O Espaço Cultural Nossa Biblioteca - ECNB tem forte atuação e articulação, a partir de documento enviado para C&A em forma de projeto, podemos conferir a presença de um total de 7.411 livros no acervo da biblioteca, seus títulos são variados, entre eles conferimos títulos de prosa, poesia e ficção, que abrangem diversos públicos, como: crianças, jovens e adultos. A ECNB mantém parceria com 5 escolas públicas, são elas: Escola Estadual de Ensino Fundamental Frei Daniel com 1.836 alunos, Escola Barão de Igarapé Miri tendo um total de 2.490 alunos, Escola Rosa Gattorno 496 alunos, Escola Padre Leonardo Pinheiro com 920 alunos e por último a UEI Unidade de Educação Infantil com 270 alunos, todas localizadas no bairro do Guamá, essas escolas tem um total 6.012 alunos.

A Universidade Federal do Pará (UFPA), bem como a Universidade Estadual do Pará (UEPA) e Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA), também são parceiras da ECNB, as quais nos seus projetos de pesquisa e extensão e nos estágios de seus alunos contribuem com as atividades que a mesma desenvolve com a comunidade.

Atualmente contam com projetos apoiados pelo Programa Criança Esperança (uma parceria UNESCO e Rede Globo) e pelo Instituto C&A, através do Programa Prazer em Ler, além da Universidade Estadual do Pará e da própria Universidade Federal do Pará, especialmente através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e da Faculdade de Biblioteconomia. O resultado dessas parcerias, possibilitaram a execução das atividades da biblioteca, como o empréstimo de livros as rodas de leituras e as oficinas e cursos, a ruas de leituras e a mostra de filme no cine Guamá.

Lembramos ainda que a partir do apoio do Programa Criança Esperança as entidades abaixo mencionadas se integraram ao coletivo Resistencia Guamazônica seguindo o mesmo direcionamento da ECNB. O Lar Fabiano de Cristo localizado na Rua Barão de Igarapé Miri, nº 527, Bairro do Guamá Belém, PA.

Entidade Lar de Maria localizada na Praça Floriano Peixoto, nº 33 bairro São Brás, Belém, PA. Foi fundada em 1947, nasce como a Casa de Amparo às Crianças Órfãs e aos Idosos.

Entidade Berço de Belém localizada na Avenida José Bonifácio, 893 bairro do Guamá, Belém, PA. Fundada em 1950 com o objetivo cuidar dos filhos das mães domésticas e operárias atualmente atende 100 crianças. Todas elas a exemplo da ECNB desenvolvem atendimento aos estudantes principalmente as atividades de leitura e escrita.

2.2. Atividades realizadas pelo Movimento Resistência Coletivo Guamazônica

Nesta parte do trabalho o foco está voltado para a descrição das diversas atividades realizadas pelo Movimento Resistência Coletivo Guamazônica. E dando destaque as atividades realizadas no Espaço Cultural Nossa Biblioteca.

Atualmente a ECNB atende regularmente 130 estudantes de 7 a 16 anos no círculo de leitura, esses estudantes são organizados em grupo de 16 participantes, esse

agrupamento leva em consideração a série que o aluno estuda na escola convencional, os alunos são regularmente matriculados nas escolas que são parceiras da entidade.

Os alunos visitam a biblioteca para pesquisar tarefas das aulas e para participar das várias atividades que a entidade oferece. São também usuários do acervo de livros da biblioteca em forma de empréstimo, uma das ações mais antigas da entidade, que segundo relato dos moradores mais antigos nos anos 70 a irmã Madalena iniciou emprestando seus livros pessoais para as crianças e jovens da comunidade, tanto para consulta, bem como para adquirir o hábito da leitura. Essa ação foi crescendo e mais tarde se transformou na primeira biblioteca comunitária do bairro, e até da cidade como um todo. Atualmente as bibliotecas emprestam em média 600 títulos por mês.

Outras atividades que a entidade desenvolve são cursos de danças de Ballet, teatro, canto popular, musicalização infantil, canto coral, violão, literatura, francês e espanhol. Atendendo os alunos do círculo de leitura e também outros membros da comunidade, esse atendimento atinge um total de 160 pessoas, na sua maioria crianças. Os atores que desenvolvem essas atividades, parte são voluntários, outros são estudantes universitários que recebem bolsas das universidades parceiras da entidade.

A ECNB também desenvolve um programa de atenção ao idoso através da CASA AÇAI (Associação dos Aposentados e Idosos do Guamá), onde se realizam projetos e ações voltadas para o atendimento à Terceira Idade, como atividades de hidroginástica, oficinas e palestras, atualmente são atendidas 109 pessoas. Neste espaço os idosos conseguem ter uma vida bem mais proveitosa e sociável, praticam esportes, trabalhos básicos voltados para o desenvolvimento psicomotor e também cerebral dos idosos. Nessa CASA AÇAI também são atendidos 96 adolescentes nas atividades esportivas com destaque para a natação.

Essas atividades são coordenadas pelas principais lideranças sociais, como os educadores José Messiano Trindade, Raimundo Oliveira, Rosilene Barata, Carlos Alexandre, dentre outros, os quais trabalham de maneira incessante para o fortalecimento da entidade e o funcionamento regular da referida biblioteca comunitária, melhorando sua infraestrutura e efetivando parcerias importantes.

Quanto a gestão os primeiros passos da organização da gestão da entidade foram à mobilização dos membros para participarem de reuniões, que tinham como intuito constituir uma comissão provisória e que prepararia a eleição da diretoria da entidade.

Após a criação da comissão provisória essa elaborou um plano de ação incluindo calendário para mobilização e demais tarefas que envolveram a eleição.

Com a eleição realizada, em 17 de setembro de 2011, foi composta a diretoria com 17 componentes que dividiram em grupos de trabalho para a gestão da entidade por um período de três anos de duração. Com a diretoria empossada, grupos de trabalhos definidos, partiram para a elaboração do planejamento com uma rigorosa escolha das prioridades, nesse planejamento houve a participação de membros das entidades que compõem o coletivo e o conselho fiscal para garantir o controle social.

3. OS DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DA LEITURA E DA ESCRITA

Refletindo sobre a importância da leitura e da escrita, e como essas ações desenvolvidas pelos atores da ECNB representam grandes mudanças para a comunidade concordamos com as afirmações de Garcia, A criança que vive exposta à linguagem escrita, inevitavelmente, se interessará por saber o que está escrito no livro, na revista, no jornal, na carta, nas instruções dos jogos, bem como em usar a escrita para expressar seus sentimentos, ideias e ações (GARCIA, 1997, p. 10).

Continuando nessa perspectiva, podemos mencionar outros dois excelentes trabalhos de um dos mais renomados pensadores e educadores brasileiro – Paulo Freire – em cujas obras, respectivamente, Educação e Mudança (2011) e Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa (2013) analisa as possibilidades e as limitações da educação. Segundo ele, no decorrer do processo educativo, crítico e transformador, nasce um pensamento pedagógico que leva o educador e todo profissional a se engajar social e politicamente, ao perceber as possibilidades da ação social e cultural na luta pela transformação das estruturas opressivas da sociedade. Além disso, é pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que podemos melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a própria prática.

Assim, as bibliotecas públicas e principalmente as comunitárias, devem assumir o papel central como espaço de reflexão e promoção da leitura e da escrita, interessada em contribuir para a democracia participativa, e se apresenta como uma alternativa no combate às mazelas e injustiças sociais e para a inserção do cidadão na vida social e política, fomentando o seu protagonismo, autonomia e formação como ser pensante.

Atualmente encontramos muitas barreiras na concretização dessa utopia, principalmente no que se refere a formação desses sujeitos, lembrando que os três primeiros séculos de ocupação do nosso país, contávamos como a inexistência de bibliotecas públicas, da falta de escolas e muitos outros fatores. Ter acesso à leitura em nossa sociedade, desde o princípio tornou-se um privilégio. No entanto, em cada época *sempre* houve ações de pessoas ou entidades que estiveram preocupadas com o desenvolvimento da leitura aqui. (SILVA, 2009, p. 86).

Refletindo sobre a constituição do nosso povo que historicamente vem resistindo ao longo desse continente com mais de quinhentos anos de encontros, de sínteses, de sincretismos, de miscigenação e de enorme patrimônio cultural, especialmente na periferia da Amazônia brasileira, que é nosso *locus* de investigação. Onde as oligarquias nunca permitiram que os benefícios da leitura alcançassem a grande maioria da população, a leitura e a escrita não pode ser tratada como um luxo associado ao prazer e a recreação, tampouco uma obrigação imposta pela escola, mas acima de tudo um direito individual e coletivo inalienável assim como um forte instrumento de transformação, inclusão e desenvolvimento social. Onde ler e escrever deixam de ser uma marca de sabedoria, mas acima de tudo cidadania. Paulo Freire acrescenta: “A leitura de mundo revela, evidentemente, a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente se constituindo” (2010, p. 123).

Ler e escrever são direitos históricos e culturais, portanto políticos, dos cidadãos. E sua efetivação é um dever e compromisso de todos: Estado e sociedade. Porém, somente quando a leitura constituir uma necessidade e um instrumento para o benefício social sentida por grandes setores da população, é que podemos pensar numa democratização da cultura letrada. Mas isso só poderá ocorrer quando melhorarmos os níveis de desenvolvimento e de igualdade social, quando efetivarmos uma sociedade mais justa e igualitária na distribuição da riqueza.

No nosso Estado os gestores atuais não vêm dando importância a essa política da leitura e escrita. Em visita às escolas estaduais, detectamos bibliotecas fechadas por falta de profissionais lotados, os espaços físicos não são adequados, o acervo desatualizado. Em 2011, visitamos a escola estadual Antônia Rosa, localizada na sede do Município de São João da Ponta PA. Próximo da capital, onde verificamos que a gestão da escola retirou os livros da biblioteca e empilharam no banheiro da escola, diante de fatos como esse, nos perguntamos qual o compromisso dos gestores públicos com a educação em geral e especificamente com a leitura e escrita da comunidade escolar?

Por isso, aumentar nossos índices de leitura per capita só significa elevar a compra de livros e não democratiza verdadeiramente a leitura, não desperta o que há de cidadão no consumidor, fazendo desse modo, que o livro perca seu verdadeiro valor. Além disso, e principalmente, não surtem efeitos as ações e os projetos “assistencialistas” que criam palavras de ordem que nos convencem da necessidade da

prática da leitura, sem associar como meio de melhorar as condições de vida e as possibilidades de ser, de estar e de atuar no mundo. Pelo contrário, essas campanhas apresentam o livro desprovido de todo poder de pensamento e portanto, de transformação social, bem como desviam a atenção do verdadeiro problema, que se situa na educação e no acesso democrático à leitura e à escrita.

É para a educação, é para as escolas e bibliotecas que se deve dirigir a maior parte dos esforços de participação pública. Melhorar a formação dos docentes, incentivando-os cada vez mais a serem leitores e escritores, equipando escolas com materiais de leitura, permitindo-as que se converta numa comunidade de leitores e escritores, com mais tempo para a reflexão e o debate. Além de criar espaços de inclusão e de participação na construção de uma política pública voltada para o livro, leitura e literatura, formulada com a mobilização da sociedade civil, com suas experiências, seus conhecimentos, seus sonhos.

Bibliotecas públicas, e especialmente comunitárias, devem ser um meio de contraponto à exclusão social e um espaço para o encontro real e significativo com a leitura. Elas devem ser reflexivas, críticas e questionadoras, capazes de apoiar a tomada de consciência e a real formação cívica e cidadã, de sujeitos autônomos que possa agir nos destinos de sua comunidade. Um lugar que incentive o interesse e o gosto pela leitura, que permita a reflexão, o autoconhecimento, o aceite do “outro”, o diálogo e a comunicação. Que permita o pensamento pensante, o pensamento lento, contra o ritmo acelerado e alienante imposto pelos meios de comunicação de massa.

Nesse sentido, as primeiras impressões sobre a essência do trabalho desenvolvido por uma parte dos integrantes da coordenação da entidade, especialmente do professor Raimundo de Oliveira, é de que o direito à leitura e à escrita é imprescindível para o desenvolvimento de todas as manifestações culturais e para a plena realização de nossa condição humana e de nossa capacidade de entender o mundo. Quem lê e escreve, não somente melhora seu desempenho intelectual, mas aumenta seu repertório de atuação sobre o mundo à sua volta; torna-se cada vez mais capaz de compreender seus problemas, desafios, soluções e alternativas para a construção de uma nação sustentável e democrática.

Porém, não sejamos utópicos em pensar que a leitura e a escrita possam resolver nossas mazelas sociais num passe de mágica; mas temos a certeza que a democracia, a

construção de uma sociedade menos desigual passa pela construção de uma política pública, como vemos:

Numa sociedade democrática, o papel de uma política educacional deveria ser o de estímulo à emancipação das consciências individuais, de busca da unificação entre teoria e prática, de construção coletiva da autonomia, de busca de reflexão crítica, enfim, da construção do pensamento democrático no indivíduo, para que este buscasse a democratização da sociedade em seu sentido amplo, econômico, político e social (LIMA, 2004. P. 36).

Nessa perspectiva a leitura e a escrita devem ser contempladas como um direito, e como tal, construída à luz das necessidades e dos interesses da maioria da população, principalmente de setores que historicamente tiveram negado ou limitado seu acesso aos bens culturais.

Apesar do ritmo acelerado, da busca desenfreada pela sobrevivência, em uma sociedade que se faz cada vez mais voltada ao consumo e ao imediatismo das informações, se parcela significativa da população compreender que, através do acesso ao conhecimento, à leitura e à escrita, lhe possibilite maior poder de reflexão e de posicionamento proativo frente aos desafios da sua realidade, ela provavelmente irá entender que o direito de ler é tão importante quanto ao direito de moradia, saneamento, saúde e outras tantas necessidades que a conduzem a uma cidadania plena, como seres autônomos e propositivos de mudanças sociais.

É nesse debate que pretendo analisar o impacto das ações do coletivo Guamazônico, na aplicação das políticas públicas referentes à leitura e à escrita desenvolvida no bairro do Guamá, bairro encravado numa área periférica da cidade de Belém, localizada na entrada da região Amazônica brasileira. Uma região estratégica para o mundo, que no nível de representação é, sobretudo formada de florestas e grandes rios, mas que reúne cerca de 23 milhões de habitantes, sendo 40% entre crianças e jovens (PNAD, 2007), além de um vasto território e uma imensurável biodiversidade. Nela também é possível encontrar 5,5 milhões de crianças e jovens empobrecidos, dos quais 90 mil são analfabetos e 160 mil estão fora da escola. Esses números são ainda mais preocupantes quando se investiga os motivos e os sujeitos que estão localizados nas populações consideradas vulneráveis à violência e à exploração,

como pardas, negras, indígenas, quilombolas e moradores de áreas periféricas das grandes metrópoles.

Nessa região, banhada por um dos mais caudalosos e importantes rios do mundo, o Amazonas, encontra-se o Estado do Pará, considerado o segundo maior do Brasil, em termo de território (é maior que a área da região sudeste brasileira, com seus quatro Estados) e a mais populosa da região Norte, com aproximadamente, segundo o IBGE (2010), 7,9 milhões de habitantes. Porém, apesar da enorme riqueza mineral e a extraordinária diversidade de sua flora, fauna e, principalmente, de sua gente, o Pará possui os piores índices de desenvolvimento humano e de concentração de riqueza do país, sendo um dos primeiros na taxa de homicídios contra crianças e jovens (Mapa da Violência, 2011), o que reflete em outros aspectos da vida social, como a educação, conforme mostra a matéria pública no jornal *O Liberal*, em 06/07/2010.

Educação paraense é a pior do Brasil: O desempenho da educação básica no Pará em 2009, medido pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ficou acima da meta estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC). De acordo com o balanço regional, os estudantes paraenses de primeira a quarta série de escolas públicas alcançaram uma nota média de 3,6 numa escala de 0 a 10. A nota supera em 0,5 pontos a meta estabelecida pelo ministério e chega a ultrapassar a projeção do próximo levantamento, em 2011, que é de 3,5.

Apesar do indício de melhora da qualidade do ensino no Estado, os números não chegam a ser animadores. Pela planilha oficial é a menor média entre todas as unidades federativas. Em comparação com a nota nacional, os alunos do Estado estão um ponto abaixo da média. Considerando que neste levantamento o MEC não considerou as notas da rede privada dos Estados nortistas, a diferença é de 0,8 pontos do resultado médio entre todas as escolas públicas do País.

Sua capital é o município de Belém. Banhada pelas águas turvas da baía do Guajará, a cidade reúne em sua região metropolitana cerca de 2,3 milhões de habitantes, sendo a região metropolitana mais populosa da região Norte. E apesar de ser considerada “porta de entrada da Amazônia” e umas das mais importantes capitais brasileiras, possui apenas uma biblioteca pública estadual (Biblioteca Pública Arthur Viana) e uma municipal (Avertano Rocha) – que atualmente encontra-se desativada. É

nesta cidade que, cerca de cem jovens são assassinados, mensalmente, por falta de uma política pública para a juventude e pelos altos índices de violência e criminalidade.

E é nesta cidade, que está localizado o bairro do Guamá, onde crianças e adolescentes são vítimas da violência e/ou tornam-se cada vez mais violentas, evadem das escolas por razões de violência, refletindo nas suas relações sociais, no ambiente familiar, escolar e comunitário, gerando, conseqüentemente, crescimento do uso e tráfico de drogas, assaltos, homicídios, exclusão escolar e desinteresse pela leitura e pelos estudos, como procura mostrar essa reportagem do jornal *Diário do Pará*, de 20/01/2009.

Violência cresce 21,03% em Belém, Guamá está na ponta: Ano passado, estes números chegaram a 46.154, um crescimento de 38,16%. Entre os bairros mais violentos, aparece o Guamá na primeira posição, com registro de 5.558 roubos em 2007 e 7.076, em 2008. Ano passado, o bairro do Jurunas ficou em 2º lugar com 5.193 casos e em 3º lugar o bairro do Coqueiro, com 5.088 números de roubos. Em 2008, 2.340 carros foram furtados ou roubados. Em 2007, este número era de 1.901, um crescimento de 23,09%. De 2005 para 2006, o número de roubos e furtos de carro havia caído 17%. O sequestro relâmpago, conhecido como "saidinha", teve 34 casos registrados em 2007. Em 2008, esse número caiu para 28. As ações policiais também foram pesquisadas. Em 2007, 46.812 procedimentos policiais foram realizados. Em 2008, este número subiu para 51.549, um crescimento de 10%. Em 2007, 13.250 prisões foram efetuadas contra 16.583 em 2008, um crescimento de 25,15%.

Um bairro que há sessenta anos era pouco habitado, com uma população de aproximadamente quatorze mil habitantes, sendo a maior parte de sua área ocupada por matas e as poucas casas, na maioria de madeira e taipa, possuíam imensos quintais. Nele era comum a presença de carvoarias, vacarias e hortas. Em 1952 foi inaugurado o Grupo Escolar "Frei Daniel", o primeiro de ensino público estadual do bairro. 16 anos depois, às margens do igarapé Tucunduba - que compõe uma das mais importantes bacias hidrográficas da cidade de Belém e que delimita o bairro do Guamá – foi inaugurado o Campus Universitário do Guamá (hoje Cidade Universitária), pertencente à Universidade Federal do Pará.

Nesse período, o local era, segundo relatos de moradores mais antigos, intensamente usado para a pesca, caça e lazer dos pequenos colonos e visitantes da área, assim como para tráfego de pequenas embarcações. Atualmente, o bairro é considerado

o mais populoso da capital paraense, com aproximadamente cem mil habitantes, e um dos mais violentos. O local é marcado por áreas de ocupações desordenadas, de infraestrutura precária e ausência de espaços públicos para práticas de esporte, lazer e cultura e onde maioria da população vive em situação de pobreza, sub ou desempregada, com pequena escolaridade e estudando em escolas públicas com baixa qualidade de funcionamento e ensino. O que reforça o olhar pejorativo sobre o lugar e, principalmente, sobre as pessoas que nele vivem. Obscurecendo a história, o potencial econômico, político, artístico e cultural do bairro, representada pelas manifestações e grupos culturais e pelas organizações da sociedade.

É nesse lugar que surgiu, há mais de três décadas, o Espaço Cultural Nossa Biblioteca. Sua primeira instalação foi no pátio da casa de um grupo de freiras holandesas, missionárias médicas, entre elas Madalena Westerveld, que havia chegado recentemente em Belém, no bairro do Guamá, e comprara livros de literatura, escrito em português, para auxiliar na aprendizagem da língua nacional. Como as crianças e jovens que moravam próximo procuravam para conhecê-las, elas aproveitavam para realizar empréstimos de livros, mediação de leitura e oficinas de confecção de artesanato a partir de “sucatas”¹.



Imagem 2. (Imagem interna da ECBN, foto retirada dia 17 de maio de 2014, arquivo pessoal).

¹ Informações dadas pela freira holandesa, Madalena Westerveld, em julho de 2013, cuja transcrição, textualização e análise estão em curso.

Posteriormente, já com a ajuda de lideranças comunitárias locais, num terreno contíguo a casa das freiras, foi construída uma pequena biblioteca de madeira. Nesse período, tudo era feito com trabalho voluntário e à base de mutirão. Com o passar dos anos e com o aumento cada vez maior de frequentadores conceituam - pois a biblioteca, além de disponibilizar acervo para empréstimos e consultas escolares, servia de local de reunião e encontro de lideranças comunitárias e grupos socioculturais locais - o espaço se tornou pequeno. Era necessário, portanto, não somente uma biblioteca maior, mas um Espaço Cultural que tivesse, dentre seus principais equipamentos, uma biblioteca comunitária.



Imagem 3.(Imagem interna da ECBN, foto retirada dia 17 de maio de 2014, arquivo pessoal).

Partiu-se, então, para a fase de mobilização de pessoas responsáveis em organizar eventos financeiros, como rifas, bingos e doações - inclusive voltados para estudantes holandeses - além de trabalhadores voluntários para a construção de um prédio de alvenaria, com dois andares, com auditório e até cinema. Esse novo espaço foi decisivo para ampliação do acesso ao livro e ao conhecimento, assim como, para a organização e mobilização da comunidade em prol da defesa e garantia dos direitos humanos, da identidade sociocultural e da melhoria da qualidade de vida da comunidade.

As origens do Espaço Cultural Nossa Biblioteca estão intimamente ligadas ao contexto nacional de retomada e unificação dos movimentos sociais - sindicais e

estudantil e, posteriormente, o popular-comunitário - que faziam oposição ao regime militar. Eram tempos de agitação marcados pelo desejo de mudanças no campo da política, da justiça e do social. Para José Roberto Lopes Pinto (1998, p. 60), “[...] uma espécie de turbilhão cívico contagiou as massas, impelindo-as a exigir seus direitos, ante um Estado impermeável à participação, descolado dos interesses sociais e associado a setores privilegiados”.

No âmbito local, destaca-se, nessa mesma época, a criação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH) e da Comissão dos Bairros Pobres de Belém – posteriormente denominada Comissão dos Bairros de Belém - CBB. Ambas foram importantes espaços de militância política e social de todos aqueles que queriam ver respeitados os direitos humanos, a democracia, a liberdade e a paz. O Espaço Cultural Nossa Biblioteca, assim como dezenas de centros comunitários e associações de moradores do Guamá, participavam ativamente dessas organizações.

Na verdade, além de empreender grande esforço para a manutenção da biblioteca comunitária aliada às ações de promoção da produção cultural local, como dança, teatro e música, o Espaço Cultural participava ativamente de ações de mobilização da comunidade, como o Impeachment do presidente Collor, o Natal sem Fome - coordenado pelo sociólogo Betinho de Souza -, o Grito do Guamá e o Fórum Social Mundial que aconteceu em Belém, além das lutas pela regularização fundiária e drenagem da bacia do Tucunduba, drenagem e pavimentação das ruas e passagens do bairro e a construção de escolas públicas, batalhão de polícia e pronto-socorro, dentre outras.

Porém, a existência e atuação da entidade estavam intimamente associadas às práticas e promoção do livro, da leitura e da escrita como ferramenta de transformação social e de defesa e garantia dos direitos humanos e da cidadania. Dessa forma, era comum que a entidade realizasse atividades de mobilização e de grande visibilidade pelas ruas do bairro, sempre associando a leitura a outras manifestações culturais, como o teatro, a dança e a música regional. Essa ação, que hoje é chamada de rua de leitura, atrai a atenção dos moradores e credencia e legitima a biblioteca comunitária a continuar o seu trabalho.

Compreendendo política pública como um conjunto de ações asseguradas pela Constituição Federal e desenvolvidas pelos entes federados com a participação da sociedade civil organizada na defesa de interesses comuns.

Em um país como o Brasil com exemplos de gestão democrática e popular, as políticas públicas devem ser constituídas com uma definição clara de um planejamento com identificação de alternativas, avaliação das opções, implementação e avaliação, todos esses passos devem contar com participação da sociedade civil organizada para que haja um rigoroso controle social.

No Brasil, são exemplos dessa tentativa os diversos conselhos comunitários voltados para as políticas sociais, assim como o Orçamento Participativo. Fóruns decisórios como conselhos comunitários e Orçamento Participativo seriam os equivalentes políticos da eficiência. (SOUSA, 2006, p. 17).

Para o Coletivo Guamazônico transformar a leitura e escrita em uma política pública representa uma das principais lutas desse coletivo e da sociedade do Guamá preocupada com essa temática. Pois, existem vários projetos de incentivo à leitura em todo o país, mais falta uma política que leve o projeto até a conclusão, o que ocorre na maioria das vezes são as descontinuações das ações, dos projetos promissores, que vão para o arquivamento não só do projeto, mas também os recursos investidos. Essa prática não é das entidades ligadas às bibliotecas públicas das escolas ou comunitárias, mas principalmente dos programas dos gestores, que administram os recursos públicos dos entes federados.

Os governos Lula e Dilma, vêm desenvolvendo uma política educacional de qualidade para os excluídos, que faça do direito de todos à escola seu horizonte e seu desafio (GENTILI & ANDRADE, 2013, p.254).

As políticas públicas do governo federal são de fortalecimento dos programas e projetos já existentes como afirma o DOCUMENTO FINAL do XV Encontro Nacional do Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER,

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 2010. Os Comitês presentes ao XV Encontro Nacional do PROLER, reunidos na Casa da Leitura, no Rio de Janeiro, no período de 22 a 26 de novembro de 2010, considerando a história já constituída de incentivo à leitura, objetivando a continuidade do Programa do qual são parceiros, e diante do novo cenário político definido pelas eleições presidenciais, quando pela primeira vez na história do Brasil uma mulher é eleita Presidente da República propõem — a partir de reflexões sobre leitura e escrita, bibliotecas, livro e formação de leitores — caminhos políticos para o período 2011-2014, enfocando três parâmetros de sustentação para a

consolidação de uma política de reconhecimento e valorização da leitura e da escrita no Brasil: oferta intensiva de bibliotecas escolares, públicas e comunitárias; formação continuada de agentes de leitura; e estímulo à formulação e homologação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em seguimento ao Plano Nacional do Livro e da Leitura.

Fazendo um recorte dos programas governamentais de incentivo à leitura e escrita a partir de 1990, o primeiro programa deste período foi O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Seu principal objetivo era de oferecer oportunidades de democratização da cultura, reduzindo a distância entre o Brasil dos letrados e o dos excluídos. Esse programa está centrado em dois pilares, o primeiro seria a implantação de biblioteca nas escolas e o segundo a política pública de leitura nas escolas.

O Decreto 519 foi criado em 13/05/1992, com o objetivo de desenvolver uma política de leitura no país. Ele constitui comitês organizados em municípios brasileiros atuando sempre na formação de multiplicadores com abordagens para despertar o interesse pela leitura através de Oficinas de Contação de histórias.

Em 1995 surgiu o Programa Uma Biblioteca em cada Município. Este programa se destinava à expansão da rede de bibliotecas públicas no Brasil.

Porém, essa política encontra obstáculos na sua implementação com destaque para a estrutura arquitetônica dos prédios escolares sem espaço físico adequado para atividades pedagógicas, incluindo biblioteca e uma cultura de não valorização das bibliotecas, problema que a sociedade herdou do seu processo histórico.

Dando continuidade a essa trajetória em 2002, foi lançado para todo o país o Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE) iniciou o programa Literatura em Minha Casa e enviou às bibliotecas das escolas e para as 4ª e 5ª séries, uma seleção de 30 títulos que foram distribuídos em 06 coleções diferentes, contendo 5 volumes, a saber: poesia, contos, novela, obra clássica adaptada e teatro. Em 30 de outubro de 2003 a Lei 10.753 criou a Política Nacional do Livro.

Posteriormente, em 2005, o Brasil adotou o nome Viva leitura para designar o Ano Ibero-Americano da Leitura, comemorado aqui e em países da América e da Europa.

Em 13 de março de 2006, em São Paulo, os ministros da Educação e Cultura,

(...) lançaram o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), cujo principal objetivo: “[...] é melhorar a realidade de leitura do País, com o envolvimento de toda a sociedade brasileira, para que seja possível promover inclusão social e cultural e uma organização social mais justa” (BRASIL, 2006 b, p.1).

A biblioteca, a pesquisa e a formação do mediador, além da indústria do livro. Se este Plano governamental tem mérito, é preciso esperar que as metas avancem além da Lei e se transformem em realidade.

Analisando os dados de uma pesquisa realizada pelo MEC em 2003, sobre as práticas leitoras nos múltiplos espaços das escolas e de seu entorno, na tentativa de avançar no controle social de programas educacionais, especialmente o PNBE. A cidade de Belém tem uma rede pública de ensino fundamental composta por 292 escolas, das quais 5 estão em área rural e 287 na área urbana. As matrículas alcançam 196.381 estudantes no total, com 1.324 na área rural e 195.057 na urbana. A situação da biblioteca escolar nessas unidades apresenta o seguinte quadro: 103 no total, ou seja, menos de 50% das escolas têm biblioteca, estando todas elas na área urbana. Não há, pois, bibliotecas em qualquer das cinco escolas da área rural.

Esse quadro permanece sem muitos avanços quanto à política de leitura e escrita, bem como a estruturação dos espaços físicos arquitetônicos, necessários à essa ação, os gestores estaduais e municipais não dão continuidade as políticas adotadas pelo ente federal. Belém até hoje não elaborou o programa municipal de leitura e escrita. Quem está enfrentando essa política são os movimentos sociais a exemplo do coletivo Guamazônica do bairro do Guamá.

Passos para elaborar uma política pública.

Considerando que o Coletivo já vem desenvolvendo atividades de leitura e escrita há três décadas na comunidade do Guamá, bem como nas escolas, igrejas e associações de bairro, entre outros. A próxima ação para dar procedimento a essa política, vai ser discussão entre os componentes das entidades do bairro, e as universidades parceiras, para elaborar uma proposta de lei para ser encaminhada à câmara dos vereadores do município e câmara dos deputados para aprovação e transformação em lei. Lembrando que outras medidas estão sendo planejadas a exemplo de seminários e palestras sobre políticas públicas, ou seja, uma mobilização para envolver toda a sociedade em prol deste sonho do povo do Guamá.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo o que foi exposto no decorrer do trabalho, percebemos que as políticas públicas inicialmente partiram do anseio do povo, de sua organização e reivindicações. Na nossa realidade, no que se refere a implementação da política pública de leitura e escrita a parte mais importante do processo já se encontra em andamento, no bairro do Guamá há 36 anos.

No início a comunidade não tinha acesso à leitura de livros de forma gratuita, porém, com o decorrer dos anos e o desenvolvimento do Coletivo, percebe-se que o hábito da leitura está se espalhando por todo o bairro. Porém, compreendemos também que é necessário que haja uma maior iniciativa dos gestores públicos, tanto do âmbito estadual quanto municipal, promovendo assim a democratização do acesso à leitura em toda a cidade de Belém.

Outras possibilidades de resolução são também a qualificação e formação de mais profissionais da educação, incluindo também nestas mudanças a reestruturação do espaço físico das bibliotecas públicas, seus acervos, compra de novos equipamentos tecnológicos com adequação para atender todos que quiserem ou precisem acessar estes espaços, levando sempre em consideração a concepção de acessibilidade.

Outro ponto a ser considerado é a utilização das bibliotecas das escolas públicas tanto da rede estadual, quanto da municipal. Pois, o potencial das mesmas não é explorado, havendo a necessidade de implantação de um projeto político-pedagógico que vise à utilização de todos os espaços pedagógicos das escolas, como por exemplo: as bibliotecas, salas de audiovisual, laboratório de informática e as salas multidisciplinares. Uma das dificuldades encontradas no tocante a má utilização destes espaços é referente à inexistência de profissionais lotados nestes espaços.

Considerando que existe o crescimento de políticas públicas voltadas para o setor da educação, percebemos que os entes estaduais e municipais, não fazem a implantação das mesmas, pois os recursos são garantidos através do FUNDEB. As verbas para adequação dos espaços e para formação dos profissionais se dissolve. As bibliotecas, livros e outros equipamentos chegam às escolas e acabam encaixotados, em depósitos, e não chegam às mãos das crianças.

Outro ponto relevante diz respeito à divulgação da importância da leitura e da escrita, acompanhadas de incentivos que motivem a aquisição deste tipo de hábito.

Atividades como gincanas, roda de leitura, concurso de redação, uso as redes sociais para fins educativos, a leitura de matérias em blogs podem despertar o hábito da leitura e da escrita.

O que não podemos mais suportar é encontrar bibliotecas de portas fechadas e crianças nos corredores das escolas sem possibilidade de desenvolver seus talentos. Devemos nos juntar e seguir o exemplo do Coletivo Guamazônica, em destaque a ECNB, que vêm de forma desafiadora quebrando essas barreiras do não acesso à leitura e à escrita. Durante três décadas não tinham apoio de nenhum ente da federação na concretização dessa política que é garantida pela Constituição Federal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Edivania Santos. *Marchas e contramarchas na luta pela moradia na Terra Firme (1979-1994)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará, 2010
- BARATIN, Marc & JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Trad. Marcela Mortara, 3 ed. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2008.
- BEREBLUM, Andréa & PAIVA, Jane. Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras / Secretaria de Educação Básica, Coordenação-Geral de Materiais Didáticos; Brasília: Ministério da Educação, 2008.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Educação como Cultura*. Campinas: Mercado das Letras, 2002.
- CASTRILLON, Silvia. *O direito de ler e de escrever*. Ed. Pulo do Gato. São Paulo, 2012.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. *Política social e desenvolvimento no Brasil*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.
- CHARTIER, R. *A história cultural: Entre práticas e representações*. Memória e Sociedades, Lisboa, Difel, 1990.
- CUNHA, L. A. *Estado, Políticas Educacionais e Gestão Compartilhada*. Antônio Bosco de Lima (org.): prefácio de Cleiton de Oliveira- São Paulo: Xamã, 2004.
- DIAS JR. José E. S. *Cultura Popular no Guamá*: Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em História da Amazônia/IFCH/UFPA, Belém. 2009.
- FRANCO, José Luiz de Moraes. *Os movimentos sociais do bairro do Guamá (Belém): da Teologia da Libertação ao Coletivo Resistência Guamazônica e o Espaço Cultural Nossa Biblioteca*. Dissertação de Mestrado. Belém: Universidade Federal do Pará, 2013.
- FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. São Paulo. Paz e Terra Editora, 2011.

- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro. Paz e Terra Editora, 2013.
- GENTILI, Pablo & OLIVEIRA, Dalila Andrade. *A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil*. In: SADER, Emir (org.). *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- GARCIA, Regina Leite. *Alfabetização dos Alunos das Classes Populares*. São Paulo. Cortez, Editora, 1997.
- HÖFLING, Eloisa de Mattos. *Estado e políticas (públicas) sociais*. Caderno Cedes, ano XXI, nº 55, novembro\2001.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Uma outra “invenção” da Amazônia*. Belém. CEJUP, 1999.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade. *Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira*. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011.
- RAMOS, José Messiano Trindade. *Entre Dois Tempos: um estudo sobre o bairro do Guamá, a Escola “Frei Daniel” e seu Patrono*. Belém, 2002.
- _____. *A História da ocupação urbana no Tucunduba – Belém\Pará*. IV REA (Reunião Equatorial de Antropologia). Saberes locais e experiências transnacionais: interfaces do fazer antropológico. Fortaleza-Ceará, agosto de 2013.
- REYES, Yolanda. *Ler e brincar, tecer e cantar – Literatura, escrita e educação*. Tradução: Rodrigo Petrônio. São Paulo. Editora Pulo do Gato, 2012.
- RODRIGUES, Carmem Izabel. *Vem do bairro do Jurunas: sociabilidade e construção de identidades entre ribeirinhos em Belém*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
- SILVA, R. J. *Leitura, biblioteca e política de formação de leitores no Brasil*. BJIS, v.3, nº 2, p. 75-92, jul.\dez. 2009. Disponível em:
<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis>
- SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul-dez 2006.

ANEXOS

Manifesto pelo plano municipal do livro, leitura e biblioteca da cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará

Estamos nas ruínas do norte, os livros são pedaços de muros destruídos e as pedras são as irresponsabilidades políticas jogadas contra nós. Atingidos, ficamos por um longo período embaixo dessas pedras, quase imobilizados.

Precisamos limpar a poeira dessas ruínas.

E QUAL É O PLANO?

O plano é abrir os olhos pra ver melhor o mundo. Pelas lentes embaçadas, pelos limites do olhar sobre a lapela da farda dos coronéis, não poderemos mais seguir quase existindo. Precisamos existir. Apagar o quase e existir. Ainda que os riscos se aproximem, ainda que uma bomba de palavreado estoure nossos ouvidos gritando, dando as ordens de sempre. O plano é abrir os olhos para as palavras que dormem nos livros. Manter os olhos no foco de um mundo novo e pleno de ideias e jamais nos deixar abater. Avante! Seguiremos avante pelos quatro eixos. Queremos o que nos foi prometido: Democratização do acesso, fomento à leitura e formação de mediadores, valorização da leitura e seu valor simbólico e fomento à cadeia criativa e promoção da leitura nas ruínas do norte para fazer o pó da poeira virar ouro. Avante e, se preciso jogaremos no rio o elixir do gigante!

Assim, a partir de hoje, nesta cidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará, neste polo de Resistência Guamazônica, fica decreto que nossas paredes serão bibliotecas, nossos telhados serão livros de literaturas dando moradia à sociedade e nossos telhados serão o lugar de pensar e de fazer agir o pensamento.

Depois disso, as bibliotecas se construirão também dentro de cada um de nós e teremos vozes para os nossos argumentos.

Giselle Ribeiro (escritora paraense).

ENTREVISTAS

Entrevista 1:

Aluna 4º ano

Escola Padre Leonardo

11 anos

Porque você participa do Circulo de Leitura na ECNB?

Achei legal, nós aprendemos muita coisa, ler sem gaguejar, no início eu era muito envergonhada de ler no meio de gente, eu começava ler e dava um branco. Depois fui lendo, me acostumei e no final do ano a professora da escola falou que eu já estava lendo bem. Agora eu não tenho mais vergonha de ler em qualquer lugar.

Entrevista 2:

Aluna 5º ano

Escola Frei Daniel

12 anos

Pergunta: Porque você participa do Circulo de Leitura na ECNB?

Estou no segundo ano do círculo de leitura. Antes eu não tinha muito o habito de ler, agora já gosto mais, antes eu tinha vergonha de falar em público, agora já me sinto mais seguro. Antes na escola eu lia mais não entendia, agora já entendo o que estou lendo. A leitura nos ajuda a viver bem melhor. Quando a gente ler, a gente conhece várias coisas diferentes sem sair do lugar.

Entrevista 3:

Aluna 6º ano

Escola Barrão do Igarapé Miri

13 anos

Pergunta: Porque você participa do Circulo de Leitura na ECNB?

Vim para a biblioteca em agosto de 2013. Aqui eu acho bacana, divertido, por que além de encontra meus amigos, eu gosto de ler, e aqui tem vários livros. Em 2013 minhas notas no início do ano eram baixas, no final do ano minhas notas se multiplicaram. Depois que eu comecei a vir para a biblioteca e comecei a aprender a gostar de ler e fazer tarefas da escola. No fim do ano fui aprovada. A biblioteca é nossa segunda casa.

Entrevista 4:

Telma Sobrinho, Professor da Faculdade de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará.

Professora Telma você conhece Espaço Cultural Nossa Biblioteca localizada no Guamá? Qual a sua avaliação sobre a importância dessa biblioteca para o bairro do Guamá?

Sim conheço. Devido a grande carência no Brasil por bibliotecas públicas, as bibliotecas comunitárias, como aquela que tem na ONG citada, tem exercido um papel importante para cobrir esta carência. Nela as atividades de biblioteca pública e escolar se confundem. Os bairros periféricos são carentes de todo tipo de recursos e esta biblioteca faz do bairro do Guamá são carentes de todo tipo de recursos e esta biblioteca faz do bairro do Guamá um lugar privilegiado, pois sua comunidade pode contar com uma instituição que oferece serviços de informação atendendo todos os públicos, como donas de casa, trabalhadores em geral e principalmente a comunidade de usuários de bibliotecas escolares do bairro que necessitam de fontes de informação para suas pesquisas escolares. Ela atende a todo tipo de usuários independentemente de sua faixa etária, cor, raça, religião, etc. Ou seja, todos os atores sociais podem usufruir de seus serviços. Sua equipe formada em grande maioria por voluntários fazem muito esforço para atender as demandas locais por recursos informacionais.